

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 12 DE MAIO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JÚNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAÚJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMÍLIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	ARENA
IGO LOSSO	MDB
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielise Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Tomazoni
2.º Secretário — Quielise Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

- Secretário — Rita Celestino Soares
Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

- Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.
Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro
Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

- Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente — Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Aglides de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotó Major.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

RESOLUÇÕES:

RESOLUÇÃO N.º 01-72

Data: 05 de maio de 1972.
Súmula: Aprova as Contas do Governador do Estado, referentes ao exercício financeiro de 1969.
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 29, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:
Art. Único. Ficam aprovadas as contas do Governador do Estado do Paraná, referentes ao exercício de 1969.
Palácio "Dezenove de Dezembro", 05 de maio de 1972.
a) **WILSON FORTES** — Presidente

RESOLUÇÃO N.º 02-72

Data: 05 de maio de 1972.
Súmula: Aprova convênio celebrado em 30 de março de 1971, entre a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná e o Ministério da Agricultura.
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 29, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:
Art. 1.º — É aprovado o convênio celebrado em 30 de março de 1971, entre a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná e o Ministério da Agricultura, objetivando a execução de um Projeto de Informação de Mercado Agrícola, compreendendo atividades específicas de coleta, preparação, intercâmbio e divulgação de dados sobre o mercado atacadista de produtos agropecuários.
Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio "Dezenove de Dezembro", 05 de maio de 1972.
a) **WILSON FORTES** — Presidente

RESOLUÇÃO N.º 03-72

Data: 05 de maio de 1972.
Súmula: Aprova convênio celebrado em 4-11-69, entre o Governo do Estado do Paraná, através do D.E.R., e a Rede Ferroviária Federal S.A. — RVPSC, com finalidades que especifica.
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 29, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:
Art. 1.º Fica aprovado nos termos do inciso VII, artigo 22, da Constituição Estadual, o convênio firmado em 4 de novembro de 1969, entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem e a Rede Ferroviária Federal S.A. — Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, para a construção pela Rede, de uma variante ferroviária, no trecho Ourinhos-Dr. Camargo, entre os kms. 57,900 e 58,800, que permitir ao D.E.R./Pr, estabelecer passagem superior para o trecho rodoviário da BR-87 Cambará-Andirá, com a construção do Viaduto Andirá.
Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Palácio "Dezenove de Dezembro", 05 de maio de 1972.
a) **WILSON FORTES** — Presidente

RESOLUÇÃO N.º 04-72

Data: 05 de maio de 1972.
Súmula: Aprova o convênio celebrado em 15 de julho de 1970, entre o D.E.R. e o Município de Sengés.
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 29, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:
Art. 1.º — É aprovado o convênio celebrado em 15 de julho de 1970, entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná e o Município de Sengés, objetivando a construção de uma ponte de alvenaria sobre o Rio Jaguaricatu.
Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio "Dezenove de Dezembro", 05 de maio de 1972.
a) **WILSON FORTES** — Presidente

RESOLUÇÃO N.º 05-72

Data: 05 de maio de 1972.
Súmula: Aprova o Decreto n.º 813, de 28-9-71, que abriu crédito extraordinário no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), para atender os Municípios do Centro-Oeste do Estado, atingidos por chuvas de granizo.
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 29, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:
Art. 1.º — Fica aprovado o Decreto n.º 813, de 28 de setembro de 1971, que abriu um crédito extraordinário no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), para atender os municípios do Centro-Oeste do Estado, atingidos pela chuva de granizo ocorrida a 27 de setembro de 1971, nos termos em que dispõe o inciso XIII, do artigo 47, da Constituição Estadual.
Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Palácio "Dezenove de Dezembro", 05 de maio de 1972.
a) **WILSON FORTES** — Presidente

RESOLUÇÃO N.º 06-72

Data: 12 de maio de 1972
Súmula: Doa, à Câmara Municipal de Curitiba, o Busto do Barão do Rio Branco.
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 29, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:
Art. 1.º — Fica doado à Câmara Municipal de Curitiba, o busto do Barão do Rio Branco.
Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Palácio "Dezenove de Dezembro", 12 de maio de 1972.
a) **WILSON FORTES** — Presidente

JUSTIFICATIVA

A rigor, na transmissão do imóvel anteriormente ocupado pela Assembléia Legislativa, feita por doação, à Câmara Municipal, o busto de que trata o presente projeto, devia ter acompanhado o destino do principal, ou seja, do prédio.
E a razão é muito simples, já que aquela Casa tem a denominação, aliás muito honrosa, de Palácio Rio Branco. De sorte que a figura do insigne vulto da História Pátria pertence, pela significação, à entidade que detém a propriedade da tradicional edificação.
Convém ressaltar, por fim, que esta propositura resulta de expediente da Câmara Municipal de Curitiba, que solicita a doação que ora se propõe.

RESOLUÇÃO N.º 07-72

Data: 12 de maio de 1972
Súmula: Aprova convênio firmado entre o Estado do Paraná e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, na forma que especifica.
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 29, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:
Art. 1.º — Ficam aprovados os termos do convênio firmado entre o Estado do Paraná e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, em 10 de agosto de 1970, para execução de serviços de apoio necessários à elaboração da Planta Cadastral 1:2.000 do Município de Curitiba.
Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Palácio "Dezenove de Dezembro", 12 de maio de 1972.
a) **WILSON FORTES** — Presidente

RESOLUÇÃO N.º 08-72

Data: 12 de maio de 1972
Súmula: Aprova acordo que fazem os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, visando a colaboração técnica e assistencial em assuntos relacionados com a defesa sanitária vegetal, animal, e o desenvolvimento sócio-econômico de seus territórios.
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 29, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:
Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Acordo firmado entre os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, em 26 de novembro de 1970, que dispõe sobre a colaboração técnica e assistencial em assuntos de mútuo interesse, principalmente os relacionados com a defesa sanitária vegetal, defesa sanitária animal e desenvolvimento sócio-econômico dos seus territórios.
Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Palácio "Dezenove de Dezembro", 12 de maio de 1972.
a) **WILSON FORTES** — Presidente

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 229-72

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

I — nomear LUIZ ANTONIO CARON, para exercer o cargo em Comissão de Tesoureiro Geral, percebendo as vantagens inerentes, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 341-70, de 08 de julho de 1970, na parte a que se refere ao citado funcionário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 12 de maio de 1972.

a) **WILSON FORTES** — Presidente

a) **IVO THOMAZONI** — 1.º Secretário

a) **QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA** — 2.º Secretário

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 43.ª Sessão Ordinária

Realizada em 12 de Maio de 1972 — (Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Srs. Deputados Quielse Crisóstomo e Gilberto Carvalho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antonio Costa, Nelson Buffara, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nachi, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nivaldo Krüger, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Xenofonte Villanueva (38); achando-se ausentes, os Srs. Deputados: Ivo Tomazoni, Domicio Scaramella, Aguiinaldo Pereira Lima, Antônio Lopes Júnior, Cândido Martins de Oliveira, Igo Losso, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt e Wilson Brandão (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado João Mansur, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 5-72.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares requer, na forma do Regimento, registre-se na Ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Roberto Paschoal ocorrido ontem nesta Capital.

O falecido era filho de tradicional família paranaense, exemplar chefe de família e pai extremo. Deixou viúva Helena Paschoal, além dos irmãos, Wilson, Edson, Arnaldo e Sarita.

No meio industrial Roberto Paschoal deixou também grande número de amigos e admiradores, era Diretor Presidente da Indústria Frabime S.A., com sede nesta Capital.

Requer, outrossim, se dê ciência, após a aprovação deste à família entulhada à Avenida 7 de setembro, 873 — nesta Capital.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1972.

(a) — **Paulo Poli**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Ilustrado Plenário desta colenda Assembléia Legislativa, requer:

1.º — seja encaminhado expediente desta Casa ao Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encarecendo-lhe determinações no

sentido da formação de equipes de Instrução Técnica, daquela corte, para orientação das Prefeituras Municipais, por ocasião da formação dos processos de prestação de contas que por Lei deverão efetuar.

2.º — seja, do expediente acima encaminhada cópia ao Exmo. Senhor Governador do Estado, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1972.

(a) — João Fadel

JUSTIFICATIVA:

É do conhecimento geral que elevado e significativo número de processos de prestação de contas dos Municípios é rejeitado pelo Tribunal de Contas, como resultado da impossibilidade do cumprimento total e fiel das disposições que regem a matéria, especialmente no que se refere ao emprego dos recursos orçamentários. Além do mais, no Paraná, Estado onde alcança mais de uma centena os municípios com menos de quatro anos de instalação, a incapacidade dos gestores dos negócios municipais se deve também à precariedade de recursos pois, prefeituras recém instaladas não contam com quadros de servidores qualificados para atendimento de todos os requisitos legais, pois que as Leis, no terreno, têm mais sutilezas do que pode sonhar nossa vã filosofia.

Por outro lado, o egrégio Tribunal de Contas veria diminuído em muito o pesado ônus dos ilustres Conselheiros que perdem tempo precioso na perquirição de detalhes negligenciáveis e que poderiam, mediante instrução de técnicos competentes do órgão fiscalizador, ser elididos do processo de prestação de contas para clarificação da matéria em análise.

É significativo, também, que a atuação de uma EQUIPE DE INSTRUÇÃO TÉCNICA do próprio Tribunal de Contas, determinaria a redução de modo sensível do número de cortas rejeitadas e contribuiria para projetar uma imagem mais real dos Prefeitos Municipais, em sua maioria homens honestos e dedicados que, no exercício de seus mandatos, não raro sacrificam seus interesses pessoais em favor da coletividade e que, por inobservância de simples detalhes legais têm o desprazer de assistir à rejeição de sua prestação de contas, o que, de algum modo, também descreve à revolução, pois a grande maioria das Prefeituras Municipais tem como titulares partidários da ARENA e defensores dos métodos de probidade na gestão e aplicação do dinheiro público.

Os nobres Deputados, dos quais irrvoco aqui o suplemento para defesa da medida ora postulada, certamente também entenderão estar na hora de incentivarmos os Prefeitos Municipais que enfrentam dificuldades em comunas com vida administrativa recém-implantada e que, porisso, não têm condições de instruírem adequadamente seus processos de prestação de contas.

Assim, para a presente proposição, espero o honroso e indispensável apoio dos nobres Deputados.

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma regimental, a constituição de Comissão Especial, integrada por 3 (três) membros para visitando as bacias leiteiras que contribuem para o abastecimento da Capital, estudar e, possivelmente, propor soluções para o problema do leite.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1972.

(a) — Nivaldo Krüger

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência que encaminhe apelo ao Excelentíssimo Senhor Ministro Delfim Neto, da Pasta da Fazenda, no sentido de que designe para a diretoria do Instituto Brasileiro do Café, um representante da cafeicultura paranaense.

Maior produtor de café em nosso País, o Paraná sempre esteve representado na direção da autarquia cafeeira, em razão dos múltiplos interesses que esta função exerce sobre os meios da produção, bem como pelo fato de melhor traduzir os legítimos anseios da cafeicultura.

Reivindicação justa, esta aspiração do povo e Governo do Paraná, na certa, será ouvida pelos altos escalões da administração federal.

Sala das Sessões, em 12 de Maio de 1972,

(a) — Antonio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subcreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário, desta colenda Assembléia Legislativa, requer:

1.º — seja inserido, na Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de aplausos desta Assembléia Legislativa ao egrégio Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal do Paraná, por sua decisão, consubstanciada no Ato 9-72, de estabelecer novas normas de verificação e avaliação de aproveitamento escolar de estudantes que ingressaram na Universidade a partir deste ano, bem como fixou o término dos exames de segunda época e o regime de dependência.

2.º — seja, da decisão acima, dado ciência através de expediente ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, Professor Algacyr Munhoz Maeder.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1972.

(a) — João Fadel

JUSTIFICATIVA:

Os técnicos em educação e ensino superior do Brasil, após participarem de seminários e círculos de estudos na Alemanha, França e Estados Unidos, decidiram-se por um modelo misto de cursos de formação universitária, através do qual, desde logo, o aluno sentisse a responsabilidade social que lhe acarreta o direito de frequência à Universidade. Assim, o Ministério de Educação, além da legislação específica da reforma Universitária, tem feito periódicas recomendações aos colegiados dirigentes no sentido de que, guardadas as características de interesse administrativo, curricular de integração à comunidade, adotem normas que visem simplificar para os estudantes a concretização dos cursos, sem, contudo, tirar-lhes a profundidade na transmissão de conhecimentos.

O egrégio Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal do Paraná, bem apreendeu os objetivos daquelas recomendações ministeriais e, com excelente senso de oportunidade e raríssimo conhecimento da realidade da vida universitária, resolveu estabelecer novas normas de verificação e avaliação de aproveitamento escolar dos estudantes, porque entende ultra-

passado o simples critério de valorização dos trabalhos por escala numérica que, justamente por sua simplicidade, não permite ao mestre dividir os processos de conhecimento do aluno, que muitas vezes não podem ser exteriorizados na simples resposta à determinada questão proposta. Assim, aquele Conselho removeu um ponto de estrangulamento responsável, muitas vezes, pela deserção dos cursos superiores, de estudantes com real vocação, mas que sentiam-se justamente atingidos por cursos superiores de estudantes com real vocação, mas que sentiam-se justamente atingidos por aquele critério medieval de mensuração de seu aproveitamento.

E, para nós, motivo de júbilo que nossa Universidade Federal adote sistema pioneiro no ensino superior do Brasil, para aferição e avaliação de aproveitamento dos alunos e, porisso, entendemos justa a presente proposição, para a qual encarecemos e esperamos o honroso apoio dos nobres Deputados.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subcreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência a inscrição nos Anais da Casa, de voto de congratulações ao Senhor Horácio Coimbra, Presidente da Companhia Cacique de Café Solível, de Londrina, por ter recebido ontem, o título de "Homem do Ano", que lhe foi conferido pela Câmara Brasileira Americana de Comércio.

A distinção conferida por aquele órgão, com sede em New York, honra sobremaneira a cafeicultura paranaense e ao empresariado brasileiro, engajados no esforço de expansão do intercâmbio internacional, por consequência direta, contribuindo para a aceleração do desenvolvimento global da economia nacional.

Por este fato, o registro desse acontecimento em nossos Anais e a sua comunicação ao homenageado, é a maneira deste Poder Legislativo manifestar o seu contentamento pela feliz concessão.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1972.

(a) — Antônio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subcreve, no uso de suas atribuições, vem na forma regimental e após ouvido o Plenário, requerer seja encaminhado apelo ao Presidente do Conselho Monetário Nacional e ao Banco Central, no sentido de que as agências da Caixa Econômica Federal, destinadas a Francisco Beltrão e Pato Branco, sejam instaladas com a maior brevidade possível.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1972.

(a) — Arizone Araújo

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subcreve, no uso de suas atribuições, vem na forma regimental após ouvido o Plenário, requerer seja consignado um voto de congratulações ao Doutor Rogério Coelho tendo em vista o empenho desenvolvido no sentido da criação de novas agência da Caixa Econômica Federal no Paraná.

Outrossim, solicito seja consignado o agradecimento especial do povo do Sudoeste, em virtude de serem para Francisco Beltrão e Pato Branco duas dessas agências.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1972.

(a) — Arizone Araújo

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, depois de ouvido o Plenário, requer seja consignado em Ata um Voto de Congratulações pela passagem, no próximo dia 14, do 43.º aniversário da criação do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva — CPOR — de Curitiba. Requer, outrossim, que, da presente proposição seja encaminhada cópia ao Excelentíssimo Senhor Comandante da 5.ª Região Militar, General Ayrton Pereira Tourinho e ao Ilustríssimo Comandante do CPOR, Coronel Waldyr Eduardo Martins.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1972.

(a) — Fabiano Braga Côrtes

JUSTIFICATIVA:

O CPOR de Curitiba foi mandado organizar por instruções ministeriais de 14 de maio de 1929, sendo instalado em 24 do mesmo mes. Iniciou suas atividades, contando apenas com os Cursos de Infantaria e Artilharia, sendo que a instrução dos mencionados Cursos era ministrada respectivamente no 15.º BC e 9.º RAM, hoje unidades extintas.

O seu primeiro Diretor foi o Capitão Osman de Medeiros, posteriormente, em 5 de dezembro de 1929, o CPOR de Curitiba, teve a ventura de possuir como Diretor o então Major Luiz de Araújo Corrêa Lima, chefe exemplar, de qualidades invulgar e a quem se deve a idealização e incentivo dos demais CPOR que funcionam em território nacional, formando atualmente turmas de oficiais. Todavia, o fundador do CPOR, não pode ver evoluir a sua obra pois tombou por ocasião do movimento revolucionário de 1930. Por suas qualidades de caráter e aptidão profissional aliadas à inspiração e esclarecida visão que possibilitaram a criação dos CPOR foi ele escolhido Patrono de todos os Centros de Preparação de Oficiais da Reserva.

Diante do ótimo resultado obtido com o funcionamento dos Cursos de Infantaria e Artilharia, foram organizados e passaram a funcionar os demais cursos do Centro: o de Cavalaria em 1931; os de Engenharia e Intendência em 1942 e o de Saúde em 1954.

Atualmente funcionam os Cursos das Armas de: Infantaria, Cavalaria e Engenharia.

A Força Expedicionária Brasileira, que atuou na última conflagração mundial foi integrada por oficiais da Reserva oriundos deste CPOR que pela sua bravura, capacidade de ação e devotamento ao dever demonstrados em combate, firmaram uma tradição, que hoje se incorpora como patrimônio glorioso a bela história da instituição onde se fizeram aspirantes à oficial.

Dentre os oficiais da Reserva formados pelo CPOR de Curitiba, e integrantes da FEB, cumpre destacar a figura do Tenente Ary Rauen, que tomou heroicamente no campo de batalha tendo se tornado por seu valor, bravura, destemor e capacidade de ação, um herói a iluminar com seu exemplo a trilha a ser seguida por todos os futuros oficiais da Reserva.

Esses são os motivos que nos levam, com muita honra, a apresentar os nossos votos de congratulações pela passagem de mais um aniversário do CPOR de Curitiba, ao seu Comandante e ao Senhor Comandante da 5.ª Região Militar.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhada cópia do estudo ora apresentado nesta Tribuna ao Exmo. Sr. Secretário do Trabalho e Assistência Social. Apela-mos a Sua Excelência, seja dada atenção especial ao problema social do litoral paranaense, focalizado nesse pronunciamento, a fim de que através de estudos sejam encontradas soluções humanas.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1972.

(a) — Nelson Buffara

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhada cópia do estudo ora apresentado nesta Tribuna ao Exmo. Sr. Secretário da Agricultura. Apela-mos a Sua Excelência, seja dada prioridade às obras de construção de Silos e Armazéns em Guaraniáçu, Cascavel e Toledo, região essencialmente agrícola, cuja pro-dução se ressentia da falta de estocagem adequada.

Sala das Sessões em 12 de maio de 1972.

(a) — Nelson Buffara

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhada cópia do estudo ora apresentado nesta Tribuna ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes. Apela-mos a Sua Excelência, seja dada prioridade ao asfaltamento da BR-369 — trecho com-preendido entre Cascavel-Campo Mourão e ao da BR-467 — trecho compre-endido entre Cascavel-Toledo, rodovias de vital relevância para aquela re-gião agrícola, que teve uma produção de 180.557 toneladas, aproximadamente, na safra 1970/1971.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1972.

(a) — Nelson Buffara

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas, requer, após ouvido o Plenário, seja dado conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, do estudo que ora apresentamos nesta Tribuna, atra-vés do envio de cópia do mesmo.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1972.

(a) — Nelson Buffara

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Borsari Neto.

O SR. BORSARI NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não tendo sido possível, por esgotar-se o tempo destinado ao Grande Ex-pediente, apartarmos na tarde de ontem o ilustre Deputado Luiz Roberto Soares, ocupamos, nesta oportunidade, esta Tribuna.

Há poucos dias, em aparte ao pronunciamento do eminente Deputado Cândido Martins de Oliveira, propondo medidas para a dinamização de nos-so Partido, tivemos a oportunidade de afirmar que o ouviamos com satis-fação e como um estímulo a que por certo receberia da ARENA REGIONAL a melhor das atenções.

Relatamos, hoje, que o pronunciamento do Deputado Cândido Martins de Oliveira, já duplicado, está sendo distribuído aos integrantes da Executiva que desejam manuseá-lo pelo interesse que despertou e certamente utilizá-lo.

Ontem, de novo, principalmente porque o pronunciamento do Deputado Luiz Roberto Soares também não se limitou a criticar, mas apresentou con-siderações oportunas para a melhor adequação de nosso Partido, vi e bem comprovaram os apares, o surgimento de novos estímulos para os integrantes desta Assembléia.

Como companheiro de Baricada me é muito grato cumprimentar o nobre Deputado Luiz Roberto Soares pelo brilhante pronunciamento que ontem proferiu.

Aproveito ainda a ocasião para externar na mesma linha de pronuncia-mento, ser de meu entendimento que a valorização desta Casa está na razão direta da valorização individual do parlamentar e para a sua consecução con-sidero imprescindível a efetiva participação dos Srs. Deputados nos tra-balhos das Comissões e que na indicação das representações desta Assem-bléia sejam observadas as respectivas áreas de influência de atuação dos Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa registra com satisfação a presença, nesta Casa, das ajuas do Colégio Sagrado Coração de Maria. Os cumprimentos da Assembléia Legislativa.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, primeiro orador ins-crito no Grande Expediente.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Trazemos ao conhecimento dos nobres Pares, resultado das pesquisas feitas sobre a economia nacional e estadual, com vista à exporta-ção e ao plano do Governo que visa a implantação dos "Corredores de Ex-portação".

As elevadas taxas de crescimento da economia nacional, estão direta-mente vinculadas a vitalidade do mercado externo, através da expansão do nosso produto.

Os elevados índices de crescimento do produto interno bruto, nos quatro últimos anos, confirmaram o papel estratégico do setor externo, dirigindo para o mercado internacional boa parcela do acréscimo da produção verifi-cada, coincidindo o excelente desempenho da economia nacional com a acentuada elevação dos níveis do comércio exterior do País.

Como instrumento de nossa política econômica, tem sido estimulado o intercâmbio com o exterior, sendo requisito indispensável para satisfação da crescente demanda de produtos importados, visando o aumento da capaci-dade de pagamento de nossos compromissos externos e para o fortalecimen-to da nossa independência nas relações com o resto do mundo.

"Em termos globais, a manutenção dos recentes níveis de crescimento econômico do Brasil, estará condicionado à capacidade de ampliar subs-tancialmente nossas vendas para o exterior, o que implica considerar uma agressiva política de conquista de mercados externos como condicionante do próprio projeto de construção de um País desenvolvido e socialmente justo.

Entretanto, a crescente complexidade das relações econômicas interna-cionais vem mostrando, ultimamente, que a conquista de mercados exter-nos se vincula às negociações comerciais de grande vulto, e a prazos mais longos, obrigando o País a ter uma visão mais ampla de nossa política de exportação, e ao estabelecimento de medidas que fortaleçam a capacidade de competir de nossa economia com outros fornecedores do mercado mun-dial.

No caso particular da produção agrícola, as suas taxas de crescimento também dependem, diretamente da possibilidade de ampliação dos merca-dos. Constitui-se assim a exportação dos produtos agrícolas num fator fun-damental à expansão da produção.

A possibilidade de competição dos produtos brasileiros no mercado inter-nacional depende, basicamente, da regularidade dos suprimentos e da trans-formação da situação atual em que a exportação é resultado do ajustamen-to do mercado interno, funcionando como válvula de regulação para coloca-ção de excedentes eventuais.

Por outro lado, a implantação de uma agricultura de exportação, só é factível na medida em que se estabeleça um sistema de garantia do mer-cado para colocação desses produtos, de modo a permitir a realização de investimentos no sentido da implantação de um projeto de produção para a exportação, ou sejam os "Corredores de Exportação".

Esses corredores se constituem nos canais de escoamento de grandes mas-sas — principalmente no que se refere à circulação de grãos — entre áreas de produção e os locais de destino dos produtos, tais como portos de expor-tação e os polos internos de industrialização e de consumo final.

A infraestrutura a ser ampliada e efetivada pelos Governos Federal e Estadual se destina a evitar capacidade ociosa e estrangulamento no escoamento dos produtos.

O estudo das condições do mercado internacional permite a conclusão de que, face às características específicas das épocas de colheitas, o Brasil poderá incrementar, sensivelmente, as exportações de grãos e "pellets" com a obtenção de vantagens relativas de preços em relação a outros países, des-de que possua um sistema de exportação eficiente, o qual permita a cola-boração desses produtos no mercado externo, em época apropriada.

Permito-me, Sr. Presidente, chamar a atenção dos Srs. Deputados para as cifras que enumerarei em seguida, que talvez causem espécie, mas que são realmente o que preconiza em futuro muito próximo.

"A potencialidade de absorção do mercado mundial, permite que se ad-inita as seguintes metas de exportação a médio prazo: milho 4.000.000 ton.; soja 3.000.000 ton.; sorgo 1.000.000 ton.; "pellets" diversos 1.000.000 ton.

E como se situa o Estado do Paraná nesse grande projeto de vital impor-tância para a economia brasileira?

Somos o segundo Estado produtor, e com as unidades industriais que aqui estão se instalando, duplicaremos a capacidade industrial para oleagi-nosas. O Paraná terá condições de exportar tanto o óleo vegetal refinado como seus derivados, ou sejam os "pellets".

A infra estrutura econômica a ser ampliada, melhorada e construída pe-los Governos federal e estadual, os chamados "Corredores de Exportação", destinam-se a evitar a capacidade ociosa e o estrangulamento no escoamento dos produtos.

Para tanto, serão colocados recursos num montante total de Cr\$ 520.000,00, sendo 290 milhões de cruzeiros em 1.972, e 230 milhões em 1.973, inclusive parte com recursos externos.

As obras principais do Projeto "Corredores de Exportação" no Estado compreendem:

Setor Transportes

Esse complexo conjunto, compreende a elaboração concomitante de rodovias e ferrovias, de modo a existir uma perfeita complementação entre os setores rodó e ferroviário.

Ferrovias

A principal obra nesse setor será a conclusão da ligação Apucarana — Ponta Grossa, até final de 1973, e a médio prazo a ligação Ponta Grossa — Engenheiro Bley — Curitiba, e Curitiba — Paranaguá.

Rodovias

Para o triênio 1972-74, pretende-se a implantação básica de 1965 km. e pavimentação de aproximadamente 3.000 km. além da construção de 3.200 km. de rodovias vicinais para suporte do escoamento da produção pelas vias coletoras.

Armazenamento

Aumento da capacidade estática armazenável no Estado, para superar o "deficit" de estocagem, que corresponde a 40% da produção.

Inclusive far-se-ia uso da rede armazenadora do IBC para atendimento da atual situação, a curto prazo.

Setor Portuário terminal de Paranaguá está sendo realizado o levanta-mento geofísico dos canais de acesso, e bacia de evolução, com vistas à iden-tificação do solo até a profundidade de 35 m. Simultaneamente realiza-se a construção de armazém com capacidade estática de estocagem para 20.000 ton. (milho e soja), e equipamento de recebimento e embarque para 500 ton/h; ao mesmo tempo se executa um sistema de esteiras transportadoras para interligação de armazéns externos, e um aterro para expansão da área portuária com vista a construção de um silo com capacidade estática para 100.000 ton.

O desenvolvimento da produção para exportação, só será factível se o Governo implantar sistemas de crédito e assistência técnica, de forma com-patibilizada com a política de preços mínimos nos projetos acima assinalados.

Paralelamente ao esforço que está sendo desenvolvido pelos Governos da República e do Estado do Paraná, como parlamentar, conclamo aos res-ponsáveis por esse elenco de Projetos, que voltem a atenção para o atendi-mento das reivindicações que apresentaremos a seguir, e que dizem respeito a Paranaguá e a região de Guaraniáçu, Cascavel e Toledo.

Primeiramente, quanto a Paranaguá, dada a modificação que vem ocor-rendo no sistema de embarque de mercadorias destinadas à exportação, dado o requisito de economia de escala, e de barateamento do custo de embarque, verifica-se já há alguns anos a dispensa em termos absolutos, realmente significativa, de trabalhadores na zona portuária.

A estrutura econômica de Paranaguá está assentada no Setor de serviços, ou seja basicamente o Porto, com a inexistência de um Setor Industrial e

a Agricultura praticamente ser de subsistência, o litoral do Estado não está oferecendo condições de absorver na própria região um volume crescente de desempregados, resultante da dispensa de operários portuários. De tal forma, que em relação ao grave problema social, responsável por um conjunto de pessoas que anualmente migram para outros locais do Estado, principalmente a Curitiba, deverá o Governo dar melhor atenção, já que não podemos dissociar ou marginalizar os aspectos sociais, em detrimento exclusivo da parte econômica.

Quanto à região de Guaranicã, Cascavel e Toledo, que hoje possui uma área cultivada de 153.000 ha, para o cultivo de grãos como: soja, milho, trigo, arroz, apresentando um volume de produção estimado em 180.557 toneladas para a safra 1970-1971, requer essa região a atenção do Governo, principalmente quanto a:

a) asfaltamento imediato do trecho da BR — 369 Cascavel — Cambó Mourão, e da BR — 467 Cascavel — Toledo.

b) Construção de uma rede de armazéns e silos na região, de tal forma que se possa armazenar a safra, que é realmente significativa, evitando-se as perdas de produção, já verificadas em períodos anteriores.

Estas duas reivindicações que ora apresentamos devem merecer uma atenção toda especial do Poder Público. E, por outro lado, vários submissores a Plenário, requerimentos, que aprovados, sejam endereçados ao Senhor Governador do Estado, Secretários dos Transportes e da Agricultura, solicitando a inclusão das reivindicações por nós apresentadas no Programa "Corredores de Exportação", bem como ao Senhor Secretário do Trabalho e Assistência Social, solicitando um estudo sobre a situação social do litoral paranaense, que como frisamos é das mais graves e propagando medidas de apoio e amparo à população desempregada do nosso litoral.

Os requerimentos estão todos vasados dentro desse pronunciamento que ora fizemos.

O Sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Ilustre Deputado, queremos parabenizá-lo por esse importante pronunciamento, que V. Exa. traz à apreciação da Casa nesta sessão matinal. É realmente um pronunciamento de alto nível, que vem elevar ainda mais o conceito e as tradições desta Casa de Leis. E com os cumprimentos a V. Exa. que é inegavelmente o legítimo representante do litoral nesta Assembleia, tomaríamos, inclusive, a liberdade de solicitar a V. Exa. se possível fosse, nos fornecesse uma cópia desse pronunciamento, que entendemos ser um relevante subsídio para a atuação de cada Deputado que integra esta Assembleia.

O Sr. Nelson Buffara — Com muito prazer farei chegar às mãos de V. Exa. uma cópia desse nosso trabalho, para que V. Exa. use o melhor o aprovar.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Queremos nos solidarizar com o pronunciamento de V. Exa. e ressaltar dentro do espírito que norteia os pronunciamentos de V. Exa. a importância singular que ele tem na vida política atual, mormente agora quando nosso partido, Sr. Deputado, está buscando abordar tenses vituadas aos interesses econômicos, quer na Câmara Federal, como nas Assembleias de nosso País. E V. Exa. assume essa atitude pioneira aqui nesta Assembleia, como membro de nossa Bancada, atendendo ao projeto de dinamização do MDB.

O nosso Partido também está demonstrando o seu interesse para com os problemas da coletividade paranaense e cumprindo a sua missão patriótica dentro do nosso País. Portanto, meus parabéns a V. Exa. e faço votos que este pronunciamento chegue não só ao conhecimento das regiões a que V. Exa. se refere, mas ao conhecimento da sociedade paranaense para que possa o Paraná aquilatar da importância do trabalho expandido por V. Exa. e de certa forma pelo nosso Partido, pois V. Exa. é um dos representantes de maior expressão nesta Casa.

O Sr. Nelson Buffara — Agradeço sensibilizado o aparte e estimulante do Deputado Nivaldo Krüger e na realidade este nosso pronunciamento preconiza em síntese, levar ao conhecimento dos Poderes Constituídos, da nossa preocupação constante, que além de acompanhar par e passo com esta política do Governo Federal, irmanado ao Governo Estadual neste tópico de corredores, dando condições ao nosso Porto, que é o Porto de Paranaguá, de exportar esta fábula que o Paraná produz, em síntese, é o nosso trabalho, uma síntese singular, inclusive ontem, Deputado Nivaldo Krüger, quando se V. Exa. teve oportunidade de verificar, o jornal "O Estado de São Paulo" dá quase que uma página inteira, chamando a atenção dos Governos sobre este problema, que é um dos mais sérios que devemos enfrentar para que a nossa Nação possa ser, a curto prazo, uma das maiores Nações do mundo. Realmente, Srs. Deputados, o nosso propósito no encaminhamento deste requerimento é de fazer chegar ao Secretário responsável do Governo Pedro Parigot de Souza este nosso trabalho a fim de que S. Exa., se concordar com a nossa pretensão, possa levar à bom termo o que nós estamos aqui focalizando. Concedo o aparte ao nobre Deputado Roberto Soares.

O Sr. Roberto Soares — Nobre Deputado, que neste momento ocupa a Tribuna. Eu, primeiramente, quero também me congratular com a sua oração que revela a preocupação constante do parlamentar pela problemática social paranaense. Sem querer adentrar eu apenas gostaria de trazer à consideração de V. Exa. que o problema do desemprego não é uma nota desmentada apenas no litoral paranaense, mas hoje é possível verificar o fenômeno do desespero do subemprego e do desemprego disfarçado em todas as regiões do Paraná. Isto se deve principalmente ao fato de que o Paraná é o Estado do Brasil que apresenta maior taxa de crescimento demográfico. O Paraná estava por volta de 7,3% taxa de seu desenvolvimento, de seu crescimento demográfico e hoje há necessidade imperiosa de se racionalizar se estruturar os chamados corredores de transportes. Eu tenho comigo que, embora seja uma estratégia setorialmente válida, não iria propiciar uma estrutura ocupacional capaz de absorver a mão de obra disponível no Estado do Paraná. E mais que isto, acredito que está faltando por parte das classes e dos quadros dirigentes do Paraná, uma tomada de posição efetiva e uma tomada de posição imediata com relação ao levantamento correto da viabilidade da realidade econômica e social do Paraná. Apenas me limito a este aparte porque também pretendemos, numa oportunidade próxima, abordar o assunto que brilhantemente V. Exa. discorreu.

O Sr. Nelson Buffara — V. Exa. aqui tem se revelado um estudioso dos problemas econômicos e ideológicos, inclusive como demonstrou ontem desta Tribuna quando registrei apêlices de vários Deputados em prol do engrandecimento do Paraná, fazendo menção inclusive do desemprego em todo o Estado do Paraná. Mas eu acho que o desemprego grassa não só no litoral como em todo o Estado do Paraná.

Mas ele é por demais acentuado no nosso litoral e não é preciso ser De-

putado do litoral como eu sou, V. Exa., que é um brilhante Deputado que representa grande parte do Sudoeste, sabe também dos problemas que atingem o nosso litoral. Quando eu falo em litoral, não quero dizer objetivamente, que são Municípios como o de Antonina e Paranaguá. Os dois portos que em função de uma série de contingência econômica, fizeram com que estes portos tivessem assim uma dispensa em massa, de operários, de sindicatos que atuam na orla marítima, sindicatos de ensacadores, sindicatos de armadores, sindicatos de estivadores. Estes sindicatos, Deputado Luiz Roberto Soares nos últimos anos, eles vêm dispensando, por falta de mão de obra, por culpa do governo estadual ou federal, nesta oportunidade, não quero atribuir especificamente a culpa a este ou aquele governo. Quero crer que seja mesmo os responsáveis por encontrar uma solução humana para que não campe a miséria e a desordem que vezes por outras, verifica-se no litoral. V. Exa. diz também que não crê que estes corredores de exportação venham a dar a mão de obra a estes trabalhadores ociosos que existem no Paraná. Na realidade, tem razão V. Exa. mas creio que com o progresso, que gerará o crescimento das exportações "ipso facto", também nós absorveremos mesmo que não queremos, absorveremos grande parte desta mão de obra, de ociosos que vivem por aí que, sem dúvida nenhuma, o progresso, faz com que este desnível desapareça na medida em que for chegando. Ainda nós queremos, Deputado Luiz Roberto Soares, apresentar uma observação em relação ao problema de absorção da mão de obra disponível no Estado do Paraná, que acontece principalmente em razão da alta taxa demográfica que o Estado apresenta.

De maneira que eu acho que estamos vivendo um período crítico, e eu, honestamente, não vislumbro perspectiva a médio prazo para o Paraná. V. Exa. com certeza haveria de ter entendido que eu queria atingir o máximo, a perfeição, total da mão de obra, não, o que pretendo é uma redução sensível para que o nosso Estado possa ser o segundo Estado da Federação, a nossa intenção é procurar abrandar.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, V. Exa. uma vez mais traz à debate nesta Casa, um assunto palpante e de maior interesse não só para a economia do Estado, mas também para a economia brasileira.

Inicialmente, nós da Bancada do MDB, registramos a nossa satisfação, porque V. Exa., como um dos seus membros, tem repetidas vezes, da Tribuna, proposto ao exame da Casa; assuntos sérios e de maior interesse.

Gostaria, nobre Deputado, de deixar neste aparte a V. Exa. consignado, que nós que temos feito repetidas vezes, restrições ao Governo não só do Estado, mas ao Governo Federal, e insisto, fazíamos estas restrições porque vimos nele muitos defeitos; mas não nos negamos entretanto a aplaudir as medidas que procede com acerto. Entre estas, reconheço que a investida, como diz V. Exa. em que a SUDENE depois de praticamente dez anos de existência conseguiu empregar todo o Nordeste brasileiro, são mais de 100 mil pessoas, mas o problema continua sob outra perspectiva, embora o progresso gerado indiretamente, pela proposição que V. Exa. apresenta neste momento, eu concordo. Mas ainda assim, eu continuo considerando que a insuficiência o Governo Federal, através de uma política agressiva em busca de medidas externas, sem dúvida nenhuma um dos pontos positivos da atual administração do País: Vemos por todos os Estados brasileiros debates acerca de exportação. Reunem-se Seminários, procura-se interessar aqui as categorias que tem condições de exportar, procurando criar uma estrutura que, embora incipiente, já vai rendendo frutos que favorecem o desenvolvimento da exportação, medidas estas as únicas capazes de permitir ao nosso País um maior desenvolvimento, porque não entendo que se fale em estímulo à produção, não entendo que se promova o aumento da produção se não há condições de colocar no mercado externo o excedente produzido. Por isto consigno aqui meu aplauso às medidas governamentais no sentido de favorecer a exportação: V. Exa. trata da matéria tendo em vista as mais diferentes regiões do Estado. V. Exa. mencionou a soja que diretamente está ligada à região que represento nesta Casa. Falou que o Paraná é o segundo produtor de soja no País e de fato o é. Digo mais a V. Exa. Os órgãos responsáveis pela agricultura no País, já admitem que a curto prazo o Paraná será o primeiro produtor de soja no País. Mas não se pode falar em estímulo à produção de soja, se não conseguirmos mercado externo, porque grande parte do produto está sendo colocada no exterior. Um aspecto importante quando se fala em exportação de produtos primários, sobretudo produtos agrícolas é que entendo que a política de exportação deve ser secundada pelo auxílio de órgãos do Estado no sentido de favorecer produções selecionadas porque a concorrência no mercado externo é uma coisa séria. V. Exa. fala em exportação de milho. Entretanto vemos em nosso País, sobretudo no Estado, que o milho produzido é de qualidade inferior o que dificulta a obtenção de preço no mercado externo. A política de preços mínimos do Governo Federal tem por base o mercado externo. Pouca gente sabe que o Governo Federal fixa o preço mínimo em função da cotação do produto no mercado externo. O Governo Federal, ao fixar o preço mínimo, admite que o preço do mercado interno estando abaixo do preço fixado, tem que adquirir o produto para vender no mercado externo. É lógico que o Governo não quer ter prejuízo e pretende, com a venda, ressarir-se do que pagou. O que vemos é que o produto de qualidade inferior não consegue preço no mercado externo. Seria necessário que os órgãos responsáveis do Estado procurassem elevar o nível do produto, fornecendo sementes selecionadas, fornecendo condições para que o agricultor produzisse em condições de vender o produto no mercado externo. Mas o que vemos é que a Café do Paraná, órgão de fomento à Agricultura, em vez de fornecer sementes selecionadas, repetidamente fornece sementes de qualidade inferior. É preciso que os órgãos do Estado, vinculados à produção para o mercado externo, forneçam aqueles que produzem sementes boas que permitam a obtenção de produto em condições de concorrer com os demais países produtores. É o caso do milho, sobretudo, já que a soja vem sendo produzida satisfatoriamente, e o produto tem tido condições de aceitação no mercado externo. Mas o milho, se o Governo não procurar condições de produzir melhor qualidade, o que vamos ver é o que tem ocorrido ano a ano, a perda total da produção. Para exemplificar, o Banco do Brasil financia o milho desde o preparo da terra até a colheita. Repetidas vezes tive a oportunidade de ver agricultores, ao retirar a verba para o colheita, preferirem não fazê-lo porque o que iria obter com a venda do produto não compensaria que gastasse mais a parcela do financiamento destinada à colheita para obtenção do produto.

Ora, eu acredito que isso só será sanado quando tivermos condições de exportar e obter, no mercado externo, preços compensadores. E para isso é necessário a melhoria do produto.

O problema do "Corredor de Exportação" está perfeitamente exposto.

por V. Exa.. Mas, há uma parte que temos que atribuir aos órgãos do Estado. É preciso uma série de coisas para se fazer exportação. Mas também é necessário que o produto tenha condições de exportabilidade. É necessário, portanto, a união dos diversos setores que integram a política da exportação. Não é só responsabilidade do Governo Federal, cabe também ao Governo do Estado uma parcela de responsabilidade no complexo esquema de exportação.

Meus cumprimentos a V. Exa. pela brilhante exposição que está fazendo.

O SR. NELSON BUFFARA — Agradeço o valioso aparte de V. Exa., extremamente valioso mesmo. Veio trazer uma série de fatos, quase todos eles por nós conhecidos, mas não lembrados.

V. Exa. pertence a uma região rica, produtora, que abastece o Paraná de soja e outros cereais. V. Exa. citou uma série de fatos aos quais nós devemos obter para estabelecer aquele critério de produto exportável.

V. Exa. disse muito bem, que a nossa principal preocupação deveria ser o aprimoramento de nossos produtos, sem o que não teremos condições de exportação. Não adianta produzirmos em grande escala, se os produtos não possuem a boa qualidade de seus similares. A Café do Paraná, na distribuição de sementes, até certo ponto, adota uma política criminosa.

Recebo o aparte de V. Exa. como sumamente valioso e indispensável ao trabalho que hoje apresentamos.

Agradeço a V. Exa., Deputado Sebastião Rodrigues Junior e aos demais Deputados que me apoiaram, elucidando fatos, alguns obscuros.

Deixo de ler os requerimentos que vou encaminhar à Mesa porque apenas foram redigidos, exclusivamente, em função do nosso pronunciamento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Certamente, em todo o Paraná, permanece ainda a dúvida e a incerteza e este é motivo de nossa presença, neste instante, na Tribuna.

As notícias de que, dentro de alguns dias, será substituído o Governador do Estado do Paraná, estão estampadas na imprensa nacional e dão até o nome para o substituto. Os boatos são os mais controvertidos. As notícias em torno de possíveis futuros Governadores passam de boca em boca e vão desde este centro político até as cidades mais distantes do interior do Paraná. Nós não sabemos o que está acontecendo, mas essas notícias, Sr. Presidente, causam preocupações profundas a todos nós.

O Estado do Paraná, desde abril de 1970, quando foi indicado o Sr. Haroldo Leon Peres como futuro Governador, vem sofrendo crises políticas, incertezas, dúvidas e conflitos.

Indicado o Sr. Haroldo Leon Peres, imediatamente transferiu-se daquele que realmente governava o Paraná, para o futuro Governador, toda a atenção e aquele indicado, tentava interferir no Governo do Paraná.

Assim, até a posse, em 15 de março de 1971, o Estado sofreu por um Governador pressionado pelo que a sucederia.

Empossado o Sr. Haroldo Leon Peres, acirrou-se a luta Haroldo-Paulo. Afinal, então, foi a vez do troco, isto é, Paulo em cerrada oposição ao novo Governo. Os meses se passaram e o Governo, realmente, não pôde deslanchar. Ou quando estaria pronto, foi destituído.

Continuam as incertezas e as dúvidas. As lutas intestinas levam o Estado do Paraná à paralisação.

Em novembro de 1971, dia 23, a Assembléia festeja a posse do novo Governador com grande alívio. Parigot inicia gestões, ainda surpresa, pelo inesperado da crise recente, para a composição de seu secretariado.

Assumindo no final do ano, orçamentariamente pouco poderia almejar, pois a Lei de meios já havia sido votada.

A Assembléia não faltou a nenhum dos Governadores. Tampouco ao Sr. Haroldo Leon Peres, que nesta Casa obteve sempre o apoio desejado. Paulo Pimentel também teve desta Casa todo o apoio e agora o Governador Parigot de Souza.

Parece-me que agora, diante das notícias que já dão nomes como possíveis Governadores do Paraná, e diante do conhecimento que temos de que o estado de saúde de S. Exa. é excelente, — e o fato comprobatório disso é a sua presença permanente em Palácio, despachando regularmente, o que aconteceu ainda ontem, com membros desta Casa, com seu Secretariado constituído, e conduzindo os negócios públicos do Paraná, — parece-me, Srs. Deputados, que está na hora de fazer com que esses boatos, que se têm objetivo de algum grupo, não é objetivo da oposição, cessem.

Quais as fontes desses boatos, quais as origens dessa intriga macabra? Nós não sabemos. Por eles não somos responsáveis. Nós da oposição queremos, isso sim, aquilo que está acontecendo, a presença do Governador em Palácio, que ele se restabeleça, como realmente parece estar restabelecido, que todos nós, ocupando nossa posição bem definida nesta Casa, exerçamos aquilo que é de nosso dever: aqueles que integram a área do Governo dando todo apoio ao sr. Governador e nós, da Oposição, fiscalizando, demonstrando as falhas e assim cumprindo aquilo que o povo do Paraná quer: um Governo dinâmico, voltado aos seus interesses.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, foi muito feliz a sua forma de expressão, quando situando a boataria que existe acerca da situação do Governo, disse que nada temos com isso. Quero ratificar totalmente as expressões de V. Exa., de que nós desejamos o contrário, a continuidade do professor Parigot de Souza à frente do Governo do Paraná, porque não podemos deixar de reconhecer que sua presença é ponto de paz, de tranquilidade, portanto, é condição de paz e trabalho, uma vez que sem paz e sem tranquilidade não existe trabalho, mas quero destacar um aspecto de que se existe esta boataria, ela se gerou em grande parte, ela se deve a forma pela qual está sendo escolhido o Governador do Estado, porque ele é uma espécie de chefe de gabinete do Presidente da República, demissível de uma noite para o dia por um simples memorandum, uma forma totalmente nova em matéria de administração que talvez o Brasil pretenda dar exemplo ao mundo, e digo assim com ironia, mas então com o Poder Público as suas fontes são um tanto privadas e nós mesmos nem as conhecemos. Começa a se fazer estes boatos no sentido de se influenciar estas fontes para ver se se obtém uma nomeação. É uma política "secreta", se eu puder encontrar um termo que melhor expressasse o meu pensamento, mas é uma política de sigilo não sei se por sorteio, não sei de que forma uma pessoa se candidata a isto, ninguém sabe. Eu não sei mesmo, confesso a V. Exa., o processo que o Governo usa para escolher os Governadores, mas o fato é que se existisse uma legislação normal estabelecendo a maneira pela qual escolhem os Governadores, mas nós não temos, nós não teríamos estes boatos. V. Exa.

bem situou quando se tem notícia não se sabe aonde quer se chegar com esta notícia. Apenas quero comungar com V. Exa. e deixar bem claro que nós não temos nada com isto, mesmo porque nós não participamos desta fonte do Poder e até mesmo nos sentimos orgulhosos de historicamente não participarmos de um processo que nós reputamos não evoluído, então, registro com prazer meu pensamento. Não temos nada com isto. Estamos aí não só por solidariedade humana, não só desejando que o Governador esteja restabelecido, mas por conveniência política e administrativa que o Governador esteja restabelecido. Pelo contrário advogamos a continuidade do Professor Parigot de Souza à frente do Governo do Estado. Não comungamos com a boataria, queremos fazer aqui um pronunciamento não para agradar ao Sr. Governador do Estado, em absoluto, mas estamos defendendo um princípio que achamos e dentro deste princípio temos que manifestar o nosso pensamento, a nossa satisfação pelo restabelecimento do Sr. Governador e externar o nosso pensamento contra os boatos difundidos pela imprensa, porque eu também como V. Exa. também entendo que são dirigidos a algum objetivo contrário ao Estado do Paraná.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço ao nobre Deputado Sebastião Rodrigues, e quero salientar na oportunidade a atitude digna e altamente humana adotada pelo nosso Líder quando num momento de dor em que a família do Sr. Governador sofria com ele num hospital da cidade, S. Exa. o Sr. Deputado Sebastião Rodrigues convocava a nossa Bancada para manifestar, para apresentar a nossa solidariedade. É evidente que nós queremos é o deslançamento do Paraná. Não fazemos este pronunciamento tendo em vista nos situarmos junto a S. Exa. de forma alguma. Pelo contrário, o que nós queremos é exercer a função que o povo nos outorgou e o Paraná. Srs. Deputados, está parado, o Paraná está vivendo numa incerteza. Não se constroem, não há edificação quando não sente rumo certo, quando os horizontes não são claros, então nós da Oposição queremos contribuir para que se aclarem os horizontes. Tenho certeza que o Sr. Parigot de Souza com a responsabilidade de cidadão brasileiro, com a sua formação, não se sentindo em condições de continuar governando o Paraná será ele o primeiro a se afastar da posição que ocupa, tenho certeza disto, porque acompanho a vida deste homem desde há muitos anos e tenho certeza absoluta, que como paranaense e como brasileiro, como homem cioso das suas responsabilidades, ele não ficaria segurando, amarrando o Estado do Paraná. Esta é a afirmação sincera que faço neste instante na Tribuna.

O Sr. Antonio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado, nós queremos também participar do pensamento de V. Exa. e lembrar que o Sr. Governador até reapareceu em público, quando deu um pontapé inicial num jogo de futebol. É evidente, que talvez o povo não tivesse conhecimento que o Governador compareceu aquelas solenidades. Mas vamos entrar na próxima semana com um requerimento para apreciação desta Casa, no sentido de que o sr. Governador seja convidado a comparecer à Assembléia Legislativa e aqui fazer uma prestação de contas dos seus primeiros seis meses de Governo. Já estamos entrando no sexto mês de Governo de Parigot de Souza, e no contexto que a Comissão de Finanças teve com a S. Exa., ele fazia um relato da situação financeira do Paraná dizendo que do jeito que as coisas caminham, vamos entrar em 73 com um déficit de 40 a 50 milhões de cruzeiros. O que obrigaria o Estado a contrair um empréstimo externo com juros de 2 ao mês.

Então para que se esclareça à opinião pública paranaense, entendemos como válida, que os Deputados do MDB e da ARENA, aproveitem este requerimento, para que o sr. Governador aceite o convite e aqui compareça para expor o plano de obras que vem sendo executado no Paraná. Porque evidentemente, para que o Estado tenha um déficit tão grande é fundamental que o dinheiro esteja sendo aplicado em grandes obras no Paraná. Vamos submeter este requerimento, e queríamos desde já, que o mesmo seja aprovado e o sr. Governador aqui compareça dialogando e mostrando porque o Paraná está marchando com um déficit orçamentário tão grande.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas nobre Deputado, para fazer uma retificação ao aparte do Deputado Belinati com relação ao déficit orçamentário e a possibilidade de contratação de empréstimo internacional.

Em primeiro lugar, não vejo com temor, déficit orçamentário, porque é uma regra que acompanha quase todos os Estados da Federação e não indica precisamente uma situação de pânico na economia, muito embora eu também tenha alguma reparação a fazer ao contexto e à estrutura paranaense.

Em segundo lugar, para lembrar que a Desolução do Banco Central não permite contração de empréstimo internacional a juros de 2 a 2,5 ao mês limitando a 8% ao ano. Era o aparte.

O Sr. Antonio Belinati — Apenas um adendo. Quero patentear que a afirmação de pagamento de juros de 2 a 2,5 ao mês estamos apenas retratando as palavras do Sr. Governador. Seria importante que fosse cientificado a este desta Resolução do Banco Central.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Parece-me que o assunto até da máxima importância merecia um pronunciamento específico sobre este caso, o que propiciaria um debate com esclarecimentos gerais.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Apenas para complementar, eu não identifique a paternidade da afirmativa, apenas continuo sustentando que por Resolução do Banco Central é expressamente proibido a contração de empréstimos internacionais a mais de 8% ao ano.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nivaldo Krüger, inicialmente quero cumprimentar V. Exa. pelo oportuno pronunciamento que vem fazendo na manhã de hoje. Pretendíamos fazer um pronunciamento neste sentido, mas paralelamente entendíamos que um pronunciamento feito por nós seria como endossar a ordem de boatos que extravasava as fronteiras do Paraná para cobrir o País inteiro. As palavras de V. Exa. vieram em hora oportuna e muito feliz, principalmente partindo da Bancada do MDB desta Casa. Quero, em nome da liderança da ARENA e do Governo congratular-me com a Bancada de V. Exa. neste registro que só engrandece os homens da oposição nesta Casa e quando vem manifestar seu apoio e solidariedade ao Governador Parigot de Souza. Bem disse V. Exa. e os Deputados que com ele orfem mantiveram audiência, o Governo se encontra em perfeito exercício tomando todas as providências no sentido da boa marcha da administração do Estado. É lamentável que numa horas destas surjam estes boatos, mas posso afirmar que, se partiram do Paraná, só podem ter partido de maus paranaenses que nada mais querem do que prejudicar a boa marcha do desenvolvimento do Estado. V. Exa. hoje faz um pronunciamento muito feliz, não em favor do Governador do Estado, mas em favor do Estado do Paraná. Quero solidarizar-me com V. Exa. e dizer mais, deputado Nivaldo Krüger, que o Paraná não se encontra parado. A administração pública continua em sua marcha acelerada de desenvolvimento do Estado. O que

acontece no Paraná, é que se esqueceram os administradores do Paraná que se passou já a época das administrações improvisadas e que hoje estamos diante da realidade presente em que só se admite administração equacionada. Sabe V. Exa. que aí estão, através da PLANAN, milhões de cruzeiros de um convênio assinado pelo Governo para aplicação no saneamento do Estado, para levar água e esgoto a todos os Municípios paranaenses. Gostaria que V. Exa. ou qualquer membro da Casa fosse à SANEPAR para ver "in loco" que não temos projetos em condições ainda para receber este financiamento e para que se leve este benefício extraordinário a todos os Municípios do Paraná, que é a água e o esgoto. Sabe V. Exa. dos prejuízos que o Paraná está tendo com relação ao plano rodoviário, onde verbas vultuosas, conseguidas através do DNER ao Paraná, não podem ser aplicadas porque o Paraná não tem projeto de engenharia final concluído. O Governador Parigot de Souza determinou o Secretário de Transportes que se no Paraná não existem firmas com condições ou firmas suficientes para fazer estes estudos, que se contratem firmas do País inteiro para o Paraná não perder verbas vultuosas do plano trienal. Posso dizer mais. A estrada Irati-Palmeira perdeu a verba deste ano porque não existe projeto final de engenharia, sem o que o DNER não libera as verbas. A estrada Cascavel-Campo Mourão também vai perder a verba deste ano. E se estas medidas determinadas por S. Exa. não chegarem a bom termo até o final do ano, o ano que vem também perderemos as verbas consignadas no Ministério dos Transportes e que são destinadas ao Paraná.

Mas, o Governador está atento a todos os problemas e está procurando coordenar tudo para que o Paraná apresente projetos e possa continuar com recursos do Governo Federal.

V. Exa. é administrador, foi prefeito municipal de um grande Município do Paraná, foi um grande prefeito, razão porque o povo daquela região, em agradecimento ao trabalho de V. Exa. recomendou-o a esta Casa. V. Exa. conhece, melhor do que eu, que com recursos próprios do Estado não podemos fazer investimento, estradas, financiamentos. Isso só com a ajuda do Governo Federal. Dependemos desses recursos para o desenvolvimento e engrandecimento de nosso Estado. E esses estão sendo levados a sério pelo atual Governador do Estado. Aí está a Estrada do Papel concluída há poucos dias. Aí está o Teatro Guaira e centenas de obras em andamento.

De modo que o Estado não está parado, o Governador está atento.

Por essa razão, cumprimento a Bancada de V. Exa. e o pronunciamento extraordinário que faz.

Muito obrigado pelo aparte que V. Exa. me permitiu.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Obrigado, Deputado João Mansur, Líder do Governo, nesta Casa. V. Exa. me sensibiliza e me deixa quase confundido com a apreciação que faz com referência a nossa pessoa.

Aos olhos do povo, aparecemos, às vezes, divididos, há discussões e violentas lutas. Mas, estamos irmanados na defesa dos altos interesses do povo e do Estado.

Afirma V. Exa. que o Governador está trabalhando, planejando toda a ação governamental. Não tenho dúvidas, acredito na palavra de V. Exa. Mas queremos exercer a nossa missão de fiscalizar e de lutar pelo engrandecimento do Paraná. Temos os mesmos objetivos, engrandecer este Estado, o torrão de nossos filhos, para as gerações futuras.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa lembra V. Exa. que resta apenas um minuto para o término do tempo regimental concedido.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Nessas condições, concluo estas palavras satisfeito pelas informações que obtive hoje.

E, nas próximas semanas nos sentiremos perfeitamente desinibidos, porque até então a Bancada da Oposição permanecia quase que calada tendo em vista a saúde do Sr. Governador, por questão de solidariedade humana. Mas, na próxima semana continuaremos a apresentar nossas reivindicações, e assim faremos com que o Paraná retorne à trilha do desenvolvimento, porque, no meu entender, o nosso Estado está parado há três anos. Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se-à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 Srs. Deputados.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulsos distribuídos aos Srs. Deputados.

Redação Final — do Projeto de Resolução n. 2-71, doa à Câmara Municipal de Curitiba, o Busto da Barão do Rio Branco. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 2-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica doado à Câmara Municipal de Curitiba, o busto do Barão do Rio Branco.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-5-72.

aa) Cândido M. de Oliveira — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Antônio Maciel

Redação Final — do Projeto de Resolução n. 12-71, ex-Proposição n. 33-71, aprova acordo que fazem os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, visando colaboração técnica e assistencial em assuntos relacionados com a Defesa Sanitária Vegetal, Animal e o Desenvolvimento Sócio-Econômico de seus Territórios. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 12-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Acordo firmado entre os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, em 26 de novembro de 1970, que dispõe sobre a colaboração técnica e assistencial em assuntos de mútuo interesse, principalmente os relacionados com a defesa sanitária vegetal, defesa sanitária animal e desenvolvimento sócio-econômico dos seus territórios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-5-72.

aa) Cândido M. de Oliveira — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Antônio Maciel

Redação Final — do Projeto de Resolução n. 13-71, ex-Pproposição n. 34-71, aprova convênio firmado entre o Estado do Paraná e o Instituto de

Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, na forma que especifica. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 13-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos do convênio firmado entre o Estado do Paraná e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, em 10 de agosto de 1970, para execução de serviços de apoio necessários a elaboração da Planta Cadastral 1:2.000 do Município de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-5-72.

aa) Cândido M. de Oliveira — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Antônio Maciel

Redação Final — do Projeto de Lei n. 176-71, considera de Utilidade Pública, a Delegacia da Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil, da Cidade de Marangá. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 176-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Bem-Estar Familiar no Brasil, Delegacia de Maringá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-5-72.

aa) Cândido M. de Oliveira — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Antônio Maciel

Redação Final — do Projeto de Lei n. 180-71, declara de Utilidade Pública, o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, com sede nesta Capital. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N. 180-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — É declarado de Utilidade Pública o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, fundado em 24 de maio de 1.900, nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-5-72.

aa) Cândido M. de Oliveira — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Antônio Maciel

Redação Final — do Projeto de Lei n. 181-71, declara de Utilidade Pública, o Instituto Maria José, com sede nesta Capital. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N. 181-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — É declarado de Utilidade Pública o Instituto Maria José, fundado em 27 de junho de 1.938, nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-5-72.

aa) Cândido M. de Oliveira — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Antônio Maciel

Redação Final — do Projeto de Lei n. 188-71, declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos da Criança Excepcional da Cidade de Mandaguari. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 188-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos da Criança Excepcional, com sede e foro na cidade de Mandaguari, mantenedora da Escola de Excepcionais Dom Jayme Luiz Coelho, da mesma cidade.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-5-72.

aa) Cândido M. de Oliveira — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Antônio Maciel

Redação Final — do Projeto de Lei n. 191-71, declara de Utilidade Pública, a Associação das Abelhinhas de Santa Rita de Cássia, desta Capital. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N. 191-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Abelhinhas de Santa Rita de Cássia, fundada em 9 de fevereiro de 1.962, nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-5-72.

aa) Cândido M. de Oliveira — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Antônio Maciel

Redação Final — do Projeto de Lei n. 278-71, autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional, com sede nesta Capital. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 278-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública a Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional, sediada nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1972.

aa) **Cândido M. de Oliveira** — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Basílio Zanusso

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado Expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encarecendo-lhe determinações no sentido da formação de equipes de Instrução Técnica para orientação das Prefeituras Municipais. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente solicitando seja constituída uma Comissão Especial, composta por três membros, para visitarem as bacias leiteiras que contribuem para o abastecimento da Capital. — **Aprovado.** O Sr. Presidente designa a Comissão constituída pelos Srs. Deputado Nivaldo Krüger, Antônio Maciel e Arizone Araújo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro da Fazenda, no sentido de que seja designado para a Diretoria do Instituto Brasileiro do Café, um representante da cafeicultura paranaense. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel constante do Expediente, solicitando voto de aplauso desta Assembléia Legislativa ao Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati constante do Expediente solicitando voto de congratulações ao Sr. Presidente da Companhia Cacique de Café Solúvel, de Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 5-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Arizone Araújo, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente do Conselho Monetário Nacional e ao Banco Central, no sentido de que as agências da Caixa Econômica Federal, destinadas a Francisco Beltrão e Fato Branco, sejam instaladas com a maior brevidade possível. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente do estudo ora apresentado nesta Tribuna, através do envio de cópia do mesmo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja encaminhada cópia de estudo ao Secretário dos Transportes, no sentido de que seja dada prioridade ao asfaltamento da BR-369 e de BR-467. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara constante do Expediente solicitando seja encaminhada cópia de estudo ao Sr. Secretário da Agricultura, no sentido de que seja dada prioridade as obras de construção de silos e armazéns em Guaraniáçu, Cascavel e Toledo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado cópia de estudo ao Sr. Secretário do Trabalho e Assistência Social, no sentido de seja dada atenção especial ao problema social do litoral paranaense. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Roberto Paschoal. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Arizone Araújo, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Rogério Coelho, pelo seu empenho quanto a criação de novas agências da Caixa Econômica Federal do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem da 43.º aniversário do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 15, à Hora Regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 275-70;

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 221-70;

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 318-70;

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 2-72;

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 3-72;

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 246-70;

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 253-70;

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 256-70;

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 5-71.

Levanta-se a sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N. 156-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3278-72, de 11 de maio de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

designar para prestar serviços na Comissão de Saúde Pública, a funcionária IBANEZA MENDES DOS SANTOS, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de maio de 1972.

a) **FAUSTO LUIZ ABRY** — Diretor Geral

PORTARIA N. 157-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2707-72, de 25 de abril de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

lotar LEONEL MAYER, ora à disposição desta Assembléia, no Serviço de Assistência Social.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de maio de 1972.

a) **FAUSTO LUIZ ABRY** — Diretor Geral

PORTARIA N. 158-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3240-72, de 10 de maio de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a VALTER ANTONIO MARCHIORATO, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1972; a partir de 8 de maio de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de maio de 1972.

a) **FAUSTO LUIZ ABRY** — Diretor Geral

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 7.ª LEGISLATURA

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, reuniram-se na Sala das Comissões às quinze horas e cinquenta minutos, os membros da Comissão de Terras, Imigração e Colonização, com a presença dos senhores deputados Arizone Araújo, Sebastião Rodrigues, Xenofonte Villanueva, Marciano Baraniuk e Francisco Escorsin, com o fim específico de instalar e eleger o Presidente e Vice-Presidente da mesma, de acordo com o artigo 40, Parágrafo Único do Regimento Interno, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Francisco Escorsin, havendo número legal o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão. Procedida a eleição e verificada a votação; por unanimidade foram eleitos os senhores deputados Arizone Araújo e Sebastião Rodrigues para a Presidência e Vice-Presidente da Comissão. Os eleitos foram de imediato empossados em seus cargos assumindo a Presidência o Senhor Deputado Arizone Araújo, usou da palavra para agradecer a confiança de seus pares que o reelegeram para tão honroso cargo e ressaltou o seu propósito de conduzir esse Órgão Técnico da Assembléia Legislativa do Estado, dentro do regime de trabalho e dignidade Legislativa. Logo após, concedeu a palavra aos senhores deputados presentes e que dela quisessem fazer uso, como ninguém usou da palavra, o Senhor Presidente estabeleceu que, as reuniões da Comissão ficarão condicionadas a existência de matéria de sua competência. Na oportunidade convocou o funcionário Agilides de Oliveira Martins para exercer a função de Secretário da referida Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, será por mim, pelo Senhor Presidente e demais membros, assinada, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1972.

aa) **ARIZONE ARAÚJO** — Presidente

SEBASTIÃO RODRIGUES

XENOFONTE VILLANUEVA

MARCIANO BARANIUK

FRANCISCO ESCORSIN

AGILDES OLIVEIRA MARTINS — Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.ª LEGISLATURA — 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, às quinze horas, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do senhor deputado Cândido M. M. de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da Reunião anterior, como lida constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia. Pelo Senhor deputado Alvaro Dias foi apresentada redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 176-71 — autor senhor deputado Wilson Brandão, que considera de utilidade pública a Sociedade Bem-Estar Familiar no Brasil, Delegacia de Maringá. PROJETO DE LEI N.º 180-71 — autor senhor deputado João Mansur, que declara de utilidade pública o Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, desta Capital. PROJETO DE LEI N.º 181-71 — autor senhor deputado João Mansur, que declara de utilidade pública o Instituto Maria José desta Capital. PROJETO DE LEI N.º 188-71 — autor senhor deputado Basílio Zanusso, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos da Criança Excepcional, da cidade de Mandaguari. PROJETO DE LEI N.º 191-71 — autor senhor deputado João Mansur, que declara de utilidade pública a Associação das Abelhinhas de Santa Rita de Cássia, desta Capital. PROJETO DE LEI N.º 280-71 — autor senhor deputado Maurício Fruct, que concede título de Cidadão Honorário do Paraná, ao doutor Gottardo Bottarelli. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 2-71 — autor Comissão Executiva que doa à Câmara Municipal de Curitiba, o busto do Barão do Rio Branco. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 12-71 — autor Comissão de Constituição e Justiça — Expropriação n.º 33-71, que aprova acordo que fazem os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, visando colaboração técnica e assistencial em assuntos relacionados com a defesa sanitária vegetal, animal e o desenvolvimento sócio-econômico de seus territórios. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 13-71 — autor Comissão de Constituição e Justiça — Mensagem n.º 15-71, encaminhando cópia autêntica do convênio celebrado em 10.08.70, entre o Estado do Paraná e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba para elaboração da planta cadastral 1:2.000 de Curitiba. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) **CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA** — Presidente

LELIO GUIMARÃES SOTTO-MAIOR — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 176-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Bem-Estar Familiar no Brasil, Delegacia de Maringá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 3 de maio de 1972.

aa) **CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA** — Presidente

ÁLVARO DIAS — Relator

A. MACIEL FILHO — Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 180-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É declarado de utilidade pública o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, fundado em 24 de maio de 1900, nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1972.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS — Relator
A. MACIEL FILHO — Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 181-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É declarado de utilidade pública o Instituto Maria José, fundado em 27 de junho de 1938, nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1972.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS — Relator
A. MACIEL FILHO — Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 188-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos da Criança Excepcional, com sede e foro na cidade de Mandaguari, mantenedora da Escola de Excepcionais Dom Jayme Luiz Coelho, da mesma cidade.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1972.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS — Relator
A. MACIEL FILHO — Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 191-71

EMENDA SUBSTITUTIVA

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação das Abelhinhas de Santa Rita de Cássia, fundada em 9 de fevereiro de 1962, nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1972.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS — Relator
A. MACIEL FILHO — Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 230-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Doutor Gottardo Bottarelli.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1972.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS — Relator
A. MACIEL FILHO — Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 2-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica doado à Câmara Municipal de Curitiba, o busto do Barão do Rio Branco.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1972.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS — Relator
A. MACIEL FILHO — Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 12-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Acordo firmado entre os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, em 26 de novembro de 1970, que dispõe sobre a colaboração técnica e assistencial em assuntos de mútuo interesse, principalmente os relacionados com a defesa sanitária vegetal, defesa sanitária animal e desenvolvimento sócio-econômico dos seus territórios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1972.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS — Relator
A. MACIEL FILHO — Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 13-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado os termos do convênio firmado entre o Estado do Paraná e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, em 10 de agosto de 1970, para execução de serviços de apoio necessário à elaboração da Planta Cadastral 1:2.000 do Município de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1972.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS — Relator
A. MACIEL FILHO — Relator

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA 7.ª LEGISLATURA

ATA DA 2.ª REUNIAO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, às quinze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Senhor Deputado Paulo Poli e com as presenças dos senhores deputados Maurício Fruct, Francisco Escorsin, Leopoldo Jacomé e Aguiinaldo Pereira Lima, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas. Havendo número legal foi declarada aberta a sessão e iniciados os trabalhos, preliminarmente foi lida e aprovada, sem restrições, a Ata da reunião anterior. Em seguida veio a Hora do Expediente, como nada constasse da mesma, passou-se à Ordem do Dia na qual encontrava-se em pauta o seguinte processo: Proposição n.º 16-71, oriunda do Ofício n.º 219-71 do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando Balanço Geral e as contas do Chefe do Poder Executivo referentes ao exercício econômico e financeiro de 1970, a qual o Senhor Presidente da Comissão avocou para relatar, colocando-a em votação e verificada a contagem dos votos, constatou-se a unanimidade favorável ao parecer, o qual foi APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual eu, Alberto Carazzai Neto, secretário, lavrei esta Ata, que após lida e achada conforme, será por mim pelo Senhor Presidente e demais membros assinada para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1972.

aa) PAULO POLI — Presidente
ALBERTO CARAZZAI NETO — Secretário
MAURICIO FRUCT
FRANCISCO ESCORSIN
LEOPOLDO JACOMEL
AGUIINALDO PEREIRA LIMA

PARECER da Comissão de Tomada de Contas à Proposição n.º 16-71

SUMULA: Relatório e parecer final sobre o Balanço Geral do Estado do exercício de 1970.

Abrega o presente processo o Ofício 14-71 de 22 de janeiro de 1971 de S. Excia. o Governador Paulo Cruz Pimentel que, em cumprimento ao disposto pelos artigos 38, § 2.º e 49, item 15, da Constituição Estadual então vigente apresenta, em tempo hábil e na forma da lei, as contas referentes ao exercício econômico e financeiro, cujo processo unificado constitui o Balanço Geral do Estado de 1970.

A esta Augusta Casa chega o processo referido, pelo encaminhamento do Ofício 219-71, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, onde, ainda em atendimento a preceito constitucional, foi devidamente examinado e, por fim, mereceu parecer.

Consubstanciado na Resolução n.º 759-71 daquela egrégia Corte de Contas, esse parecer, constituído de relatório expositivo e fundamentado exame contábil, como bem atestam os gráficos que ilustram as suas 26 páginas, recomenda, pelo voto unânime dos seus conselheiros, a aprovação das contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Do exame do processo verificamos que a Lei Orçamentária 6.042 de 19 de novembro de 1969, aprovada por esta Casa, estimou para o exercício de 1970, a Receita e a Despesa em Cr\$ 1.117.771.625,00 (Hum bilhão, cento e dezessete milhões, setecentos e setenta e um mil e seiscentos e vinte e cinco cruzeiros).

Os elementos processuais, entretanto, nos informam que a Receita atingiu apenas Cr\$ 875.980.229,23 (Oitocentos e setenta e cinco milhões, novecentos e oitenta mil, duzentos e vinte e nove cruzeiros e vinte e três centavos), alcançando um percentual de 78,37% sobre a previsão orçamentária.

O comportamento da Receita, durante o exercício, pode ser demonstrado com o quadro abaixo:

RECEITAS CORRENTES

Receita Tributária	714.301.349,72	81,54%
Receita Patrimonial	26.686.711,87	3,05%
Receita Industrial	223.382,60	0,03%
Transferências Correntes	16.707.464,31	1,91%
Receitas Diversas	16.407.422,74	1,87%
Receitas de Capital	101.653.897,99	11,60%
	875.980.229,23	100,00%

DA DESPESA

Ao examinarmos a Lei de Meios vamos verificar que foi fixada para o exercício uma despesa de Cr\$ 1.117.771.625,00 (Hum bilhão, cento e dezessete milhões, setecentos e setenta e um mil e seiscentos e vinte e cinco cruzeiros), mas os demonstrativos da presente prestação nos indicam que a despesa realmente efetivada, graças ao plano de racionalidade de aplicação da administração, foi de Cr\$ 926.444.796,91 (Novecentos e vinte e seis milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, setecentos e noventa e seis cruzeiros e noventa e um centavos), em face do que constatamos uma diferença para menos de Cr\$ 191.326.828,09 (cento e noventa e um milhões, trezentos e vinte e seis mil, oitocentos e vinte e oito cruzeiros e nove centavos), com a seguinte distribuição orçamentária:

Código	Fixada	Realizada	
Despesas Correntes	683.329.419,00	610.745.403,30	72.584.015,70
Custeio	459.986.626,00	428.181.750,01	31.804.875,99
Transferências	223.342.793,00	182.563.653,29	40.779.139,71
Despesas de Capital	434.442.206,00	315.699.393,61	118.742.812,39
Investimentos	26.524.268,00	41.160.847,31	14.636.579,31
Inversões	129.532.000,00	65.623.871,17	63.903.128,83
Transferências	278.385.938,00	208.914.675,13	69.471.262,87
Total	1.117.771.625,00	926.444.796,91	191.326.828,09

BALANÇO PATRIMONIAL

Na verificação do Balanço Patrimonial, observamos as alterações representadas pelos valores ativo e passivo ocorridos na execução orçamentária, refletindo os atos e os fatos administrativos no decurso do exercício. Os gráficos que ilustram o processo nos revelam, igualmente os resultados líquidos dos Balanços Financeiro e Permanente, com o seguinte resultado efetivamente alcançado no exercício:

Ativo Permanente Líquido	505.117.316,79	
Passivo Financeiro		186.910.886,02
Ativo Real Líquido em 31.12.1970		318.206.430,77
	505.117.316,79	505.117.316,79

Se considerarmos os resultados acima em relação aos obtidos no exercício de 1969, quando o Ativo Real Líquido atingiu Cr\$ 327.700.420,99 (Trezentos e vinte e sete milhões, setecentos mil e quatrocentos e vinte cruzeiros e noventa e nove centavos), para um Passivo Financeiro de Cr\$ 136.446.318,34 (Certo e trinta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e trezentos e dezoito cruzeiros e trinta e quatro centavos), poderemos constatar que se registrou um índice favorável de evolução na situação econômica e financeira do Estado. É que, na realidade, se registrou uma melhora de exigibilidade, já que em 31.12.1969 a confrontação do Ativo Financeiro com o Passivo Financeiro estava a demonstrar que, para cada Cr\$ 1,00 (Hum cruzeiro) de exigibilidade, o Estado tinha apenas Cr\$ 0,36 (Trinta e seis centavos) de disponibilidade, enquanto o Balanço atual apresenta o Estado com uma disponibilidade de Cr\$ 0,49 (Quarenta e nove centavos) para cada Cr\$ 1,00 (Hum cruzeiro) de exigibilidade, conforme os números contidos no comparativo da situação econômica com a situação financeira, e que podem ser assim equacionados:

186.387.406,60 — 0,49
373.298.292,62

Essa evolução retrata o Estado encaminhado, evidentemente que pelos resultados de uma administração criteriosa e eficiente, para a tão almejada situação ideal.

O PARECER

Em síntese, a apreciação minuciosa do Balanço Geral do Estado, nos faz constatar que os dinheiros públicos foram geridos com lisura durante o exercício de 1970 e que, nesse mesmo período, a administração estadual, não obstante a impossibilidade de evitar o "deficit" financeiro, elemento que já não assustava os modernos ex-geatas das contas públicas que se diluir no salutar princípio do necessário e útil investimento, se preocupou em aplicar o máximo possível em obras de interesse coletivo, sem nunca desatender as necessidades permanentes do Estado assim como o pessoal que para o Estado trabalha. Em outras palavras, é possível afirmar que o equilíbrio orçamentário foi contrabalançado pela aplicação racionalizada dos bens públicos.

Em razão disso, tendo em vista tudo o que do processo e considerando os minuciosos exames realizados pelas diretorias competentes, pela Assessoria Técnica, pela Procuradoria do Estado e pelo plenário do Tribunal de Contas e que resultaram no parecer favorável que acompanha a aludida prestação, concluímos que as contas do exercício de 1970 estão inteiramente regulares e, na forma do projeto de resolução anexo, somos de PARECER pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em de de 1972.

aa) Dep. PAULO POLI — Relator
 Dep. PAULO POLI — Presidente
 Dep. MAURÍCIO FRUET
 Dep. FRANCISCO ESCORSIN
 Dep. LEOPOLDO JACOMEL
 Dep. AGUINALDO PEREIRA LIMA